

## **ABAIXO-ASSINADO DOS SERVIDORES DO IBGE**

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2017.

À Diretoria Executiva do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tem sua Administração Central localizada na cidade do Rio de Janeiro e distribuída em quatro imóveis próprios e em um alugado. Em 13.02.2017 foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, p. 117, um Aviso de Consulta Pública, que justificava a necessidade de centralização das unidades do IBGE em um único imóvel, tendo em vista os seguintes objetivos: “*entre outros* [sic]: melhorar a produtividade dos servidores, reduzir os deslocamentos entre as Unidades, reduzir a frota de veículos oficiais em uso e reduzir substancialmente os contratos de serviços de infraestrutura terceirizados.” O Projeto Básico, sob a responsabilidade da Coordenação de Recursos Materiais – CRM, subordinada à Diretoria Executiva, tem por objeto a locação de imóvel para a instalação da Sede da Administração Central do IBGE e apresenta as seguintes exigências, conforme notícia publicada na Intranet do IBGE no dia 30.03.2017: “acessibilidade e sustentabilidade das instalações do imóvel; mínimo de 300 vagas de garagem; estar nos arredores do centro do Rio de Janeiro; oferecer transporte coletivo e agências bancárias; restaurantes num raio de até 200 metros; prédios já com mobiliário”.

No entanto, esse processo está sendo conduzido de maneira não transparente e sem a participação e consulta direta dos servidores lotados nas diferentes unidades do IBGE no município do Rio de Janeiro. Informações básicas como publicidade ampla do Projeto Básico e suas exigências, além de dados das propostas recebidas depois da Consulta Pública estão sendo omitidas, contrariando a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 18.11.2011). Segundo o inciso I do Art. 3, da Lei citada, a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção é uma das diretrizes do direito fundamental de acesso à informação em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública. O caráter de sigilo é definido por toda informação submetida temporariamente à

restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, o que não se encaixa nas características do referido processo.

Segundo notícia publicada na Intranet no dia 30.03.2017, foram recebidas 14 propostas de locação de imóvel para unificação da Administração Central no Rio de Janeiro, sendo que “nove já foram descartadas por não atenderem às exigências estipuladas no projeto básico”, ou seja, cinco propostas seriam finalistas. Entretanto, em reunião de chefias que ocorreu no dia 05.04.2017 no CDDI, foi comunicado que havia sete propostas finalistas, o que contradiz a notícia publicada na Intranet e explicita e demonstra a falta de transparência do processo. No dia 11.04.2017 foi publicada nova notícia na Intranet do IBGE, também contradizendo a notícia anterior e confirmando o que foi dito na reunião de chefias, com a informação de que “sete imóveis foram finalistas do processo”. Além disso, a nova notícia dizia que uma das exigências do Projeto Básico era “ter *ou passar a ter* opções em seu entorno de restaurantes e agências bancárias”, sendo que a expressão “*passar a ter*” não consta no Projeto Básico de locação de imóvel e nos leva a crer que o processo está sendo conduzido de maneira tendenciosa. Os sete imóveis finalistas foram: 1- Edifício Ecosapucai; 2- Torre Corporativa - Porto Atlântico Leste; 3- Edifício Port Corporate Tower; 4- Torre Presidente; 5- Edifício Vista Guanabara; 6- Passeio Corporate; e 7- Empresarial Benfica. Dentre estes, o Port Corporate Tower, localizado na região do Porto/Caju é a proposta que apresentou menor preço por metro quadrado, de acordo com a fala do Coordenador Geral do CDDI na reunião de chefias. Porém, mesmo sem acesso à proposta, já é sabido que algumas exigências do Projeto Básico não se encaixam com o oferecido por esse imóvel, tais como: oferecer transporte coletivo de massa, ter opções em seu entorno de restaurantes e agências bancárias.

Além disso, este imóvel fica ao lado do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into) e da Rodoviária Novo Rio, uma área conhecida pela alta incidência de crimes, o que compromete a segurança e integridade dos servidores, terceirizados e estagiários da Instituição. No dia 13.04.2017 a região foi notícia no Bom Dia Rio (TV Globo) como lugar de assaltos diários a ônibus, passageiros e pedestres, principalmente nos horários de entrada e saída do trabalho e no ponto de ônibus localizado em frente ao Into. (Bom Dia Rio, Rio de Janeiro, 13 abr. 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/bom-dia-rio/videos/t/edicoes/v/motoristas-e->

passageiros-sofrem-com-assaltos-em-ponto-de-onibus-em-frente-ao-into/5797809/>). Vale lembrar que escassas linhas de ônibus são os únicos meios de transporte público que alcançam a região. Coincidentemente, no mesmo dia em que a Consulta Pública foi divulgada na Intranet do IBGE, a região do Port Corporate Tower também foi notícia nos jornais devido à sua insegurança:

“Um tiroteio assustou pessoas que passaram pela Zona Portuária do Rio de Janeiro na manhã desta quarta-feira (15), no Rio de Janeiro. Assaltantes tentaram roubar uma moto cujo alarme disparou. Eles roubaram, então, outra moto e fugiram pela Avenida Brasil. **Na altura do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into)**, os suspeitos se depararam com um caminhão da Marinha e atiraram contra os militares. Os agentes revidaram e um suspeito foi morto”

(...) De acordo com uma testemunha que passava pelo local em um ônibus na hora do tiroteio, **o tiroteio aconteceu entre o Into e a Rodoviária Novo Rio.**

(...)Um outro homem, que estava em um carro, contou que sofreu uma tentativa de roubo na região. (*GI*, Brasília, DF, 13 fev. 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/tiroteio-assusta-pessoas-que-passam-pela-rodoviaria-novo-rio.ghtml>).

(...) Cerca de três horas depois de o roubo de uma moto terminar com um militar baleando e matando um suspeito, novas tentativas de assalto voltaram a assustar quem passava pela Região Portuária do Rio, **por volta das 11h** desta quarta-feira (15). (...) Enquanto a perícia da morte durante assalto era realizada, **outros criminosos aproveitaram o trânsito parado para tentar roubar motoristas e até pedestres, a cerca de 100 metros do cerco realizado por mais de 30 fuzileiros navais**” (*GI*, Brasília, DF, 13 fev. 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/em-menos-de-tres-horas-outra-tentativa-de-assalto-volta-a-causar-panico-na-regiao-portuaria-do-rio.ghtml>).

Concordamos com a necessidade de centralização das Unidades do IBGE. No entanto, no processo de escolha de imóveis que está acontecendo, os servidores não foram ouvidos pelo Conselho Diretor e não estão sendo consideradas como fundamentais e primordiais questões de segurança, mobilidade (existência de transporte coletivo de massa, tais como trem, metrô e linhas de ônibus diretas para o Centro, Zona Norte, Oeste e Sul do município

do Rio de Janeiro) e serviços ofertados no entorno da região da futura Sede. Isso pode ser comprovado pela aprovação de uma proposta como a do imóvel Port Corporate Tower (Porto/ Caju) que de antemão não atende a essas exigências.

Os critérios de escolha de um novo imóvel devem ser definidos priorizando sempre o bem-estar dos trabalhadores e não apenas levar em consideração a mera redução global de custos de forma simplista, circunstancial e não comprovada. Deve-se ter em conta que os baixos preços apresentados em algumas propostas podem representar grandes armadilhas. A experiência da locação das dependências do IBGE na Avenida Chile nos mostra que a instalação em um prédio privado nos submete em médio e longo prazo às estratégias comerciais dos agentes imobiliários, implicando em risco de expressivo aumento dos valores contratados já na próxima renovação contratual, ocasião na qual a instituição estaria em posição bastante vulnerável, pois já teria devolvido à União os imóveis próprios antes ocupados. Assim, é possível que, em pouco tempo, qualquer vantagem econômica obtida inicialmente seja anulada e sejamos levados a uma situação em que teremos piores condições de trabalho e não tenhamos alcançado nenhuma expressiva redução de custo.

Não concordamos com um processo de escolha de um imóvel para abrigar a futura sede da instituição que não seja transparente, democrático e respeite a segurança física, o bem-estar e a mobilidade de seus servidores, pois estes são requisitos que garantem a plena produtividade da Instituição como um todo e a permanência dos servidores no IBGE.

Diante do exposto, nós abaixo assinamos, colocando-nos contrários ao processo de locação de imóvel para instalação da Sede do IBGE que não preze a transparência e cujo Projeto Básico não tenha (ou não sejam respeitadas) as exigências de segurança, mobilidade e existência de serviços ofertados no entorno da região. Infraestrutura essa já existente no entorno dos imóveis próprios do IBGE, onde as suas Unidades estão até então localizadas.

Assinaturas:

|    | NOME COMPLETO | SIAPE | LOTAÇÃO |
|----|---------------|-------|---------|
| 1. |               |       |         |
| 2. |               |       |         |
| 3. |               |       |         |